



Atos decoloniais, a única maneira de enfrentar a contradição opressores-oprimidos

Sandro Adrián Baraldi

A filosofia brasileira está começando o seu próprio giro decolonial. “‘Giro decolonial’ é um termo cunhado originalmente por Nelson Maldonado-Torres em 2005 e que basicamente significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade” (BALLESTRIN, 2013, p.105). Na minha formação acadêmica nunca foram trabalhados conceitos como os de descolonialidade, decolonialidade, desobediência epistêmica, racismo, e por aí vai. A filosofia sempre foi distanciada da “vida comum”. A ela cabia discutir essências superiores desligadas das práxis do dia a dia. Isso não quer dizer que não havia iniciativas de personalidades solitárias, quase esquecidas, pouco conhecidas, como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Jaider Esbell Makuxi, ou, quando conhecidas, sistematicamente silenciadas, como é o caso do Franz Fanon, Anísio Teixeira, Paulo Freire, mas nos círculos acadêmicos ainda se sustentava – ou sustenta – uma filosofia desligada da realidade “corporal”, empírica. Estudei muito Aristóteles, Platão, Descartes, Kant, Hegel, famosos personagens da filosofia europeia, mas jamais estudei na academia qualquer filósofo latino-americano. Acreditava que nem existiam, afinal os europeus já haviam falado de tudo, então só nos restava decorar suas conclusões.

As coisas mudaram a partir de 2010 com as iniciativas do professor Antônio Joaquim Severino que trouxe textos de filósofos latino-americanos para serem estudados. Leopoldo Zea foi o primeiro filósofo “contra a corrente” que li e que me convenceu que sou um mestiço. O doutorado interrompeu meu giro decolonial, mas pós doutorado, 2020, retomei a minha particular

peregrinação orientado pelo professor Severino e pela professora Ofélia Maria Marcondes.

Essa foi a minha experiência pessoal, portanto é recente essa “conversão” para a decolonialidade e é por isso, pela minha experiência filosófica pessoal, que eu penso que o giro decolonial brasileiro é recente. Esta é a minha justificativa para a afirmação inicial. E acho que basta porque se aconteceu comigo, acontece. Não precisamos de aviões caindo toda semana para saber que a manutenção é necessária; basta que aconteça com um. Estatísticas servem para procrastinar necessárias ações que não são tomadas em nome dos ganhos e das perdas de lucros.

Dentro desse espírito decolonial emergente, entendo hoje a filosofia como uma narrativa que organiza os valores para as práticas sociais e individuais e é por isso que é urgente executar ações diárias orientadas por uma filosofia decolonial que aponte diversificados modos de relacionamentos que façam especialmente sentido para a atual perspectiva histórica local, porque a vida aqui, onde tentamos reproduzir o modo de vida patriarcal trazido pelo colonialismo europeu, está desmoronando para todos os viventes. Vemos isso nas práticas quotidianas: agimos como formigas perdidas em um formigueiro que sofreu um terremoto; cada indivíduo está preocupado apenas consigo mesmo, o salve-se quem puder é a metodologia prevalente; o ódio que domina as mentes é sinal psicológico de extremo terror. Tal qual um animal encurralado atacamos tudo o que nos ameaça e tudo nos ameaça. Nesse cenário a imensa maioria do povo brasileiro – todos se desconsiderarmos o 0,001% mais rico – vive na desesperança e na infelicidade. Os que se encontram na faixa da miséria não têm recursos nem para comer: viver em “sociedade”, para essas pessoas, é pior que se vivessem em “estado natural” porque animais selvagens ao menos podem caçar ou “roubar” para comer. A classe média está sendo precarizada, trabalhando em “empregos de merda” – bullshit jobs, termo cunhado por David Graeber –, o que foi demonstrado pelos recentes abandonos de empregos pela classe média norte-americana em plena era de precarização de empregos: o que significa que preferem ficar em casa do que estar empregados. Os extremamente ricos acumulam uma quantidade imensa de dinheiro só para esfregar na cara uns dos outros o quanto acumularam, numa manifestação perversa de narcisismo e sadismo. Mas não são só eles que adoecem o sistema, na verdade o sistema que estimula o enriquecimento adoecer toda a comunidade humana e nos coloca frente a frente com a contradição opressores-oprimidos de que falava Paulo Freire, “os oprimidos, em lugar de buscar a libertação, na luta e por ela, tendem a ser opressores também, ou subopressores. A estrutura de seu pensar se encontra condicionada pela contradição vivida na situação concreta, existencial, em que se ‘formam’” (FREIRE, 2015, p.44).

Repetindo de outra forma: opressores desumanizados que desumanizam oprimidos cujo maior

desejo é também tornar-se opressores; que amam e odeiam os opressores com igual intensidade.

Motivado por essa “pan-angústia” social pesquiso possíveis soluções para modificar essa narrativa patriarcal e capitalista que nos amargura. Por enquanto minha pesquisa está embasada nas ideias de bell hooks, Aníbal Quijano, Humberto Maturana, Walter Mignolo, Michel Foucault, Franz Fanon e Jaider Esbell.

Tentarei compartilhar a influência que tive de cada um desses fecundos pensadores.

Maturana já me convenceu que a fonte do nosso problema atual é o patriarcado: “um modo de coexistência que valoriza a guerra, a competição, a luta, as hierarquias, a autoridade, o poder, a procriação, o crescimento, a apropriação de recursos e a justificação racional do controle e da dominação dos outros por meio da apropriação da verdade” (MATURANA, 2021, p.37), origem de todos os males que estamos sofrendo atualmente.

[S]ustentamos que uma cultura é uma rede fechada de conversações. Afirmamos também que as mudanças culturais acontecem como modificações das conversações nas redes coloquiais em que vivem as comunidades que se modificam. Tais mudanças comunitárias surgem, sustentam-se e se mantêm mediante alterações no emocionar dos membros da comunidade, a qual também se modifica. Disso tudo, concluímos que o patriarcado surgiu exatamente assim: como uma alteração na configuração do emocionar que constituía o fundamento relacional da cultura matrística pré-existente. Daí resultou uma mudança no modo de pensar, degustar, ouvir, ver, temer, desejar, relacionar-se..., em suma, nos valores mantidos geração após geração. Isto é, segundo pensamos, o patriarcado surgiu por meio de uma modificação no espaço psíquico em que viviam e se desenvolviam as crianças (MATURANA, 2021, p. 12-13).

O emocionar é o que sentimos que surge entrelaçado com os comportamentos consensuais (Cf. MATURANA, 2021, p.10).

Fanon e Esbell me convenceram que se as hipóteses sociais não se tornarem práticas sociais, tampouco serão teorias. O que quer dizer que a nossa filosofia é realmente “vã” se não passar pelo

teste supremo que é a práxis. Cito uma frase que eu gosto muito do Fanon: “se é verdade que devo me libertar daquele que me sufoca, porque realmente não consigo respirar, permanece a evidência de que é insalubre enxertar num substrato fisiológico (dificuldade mecânica de respiração) um elemento psicológico (impossibilidade de expansão)” (FANON, 2020, p. 26). Ou seja, tentar nos convencer de que não estamos sendo estrangulados, quando estamos, é negação. A negação, ato psicológico, não resolve o sufocamento, ato físico.

Esbell propõe a adoção de práticas decoloniais para enfrentar a epistemologia que ainda nos mantém colonizados. O colonizador, português, espanhol, holandês, já “nos deu” independência política, mas sua ideologia permanece dominante.

A ideia de uma infiltração em uma estrutura aparentemente sólida é como as performances decoloniais se consolidam. [...] Em nosso caso os caminhos são duplos pois temos identidades duplas e a via da violência acaba sendo um lugar de encontro inevitável. Se somos indígenas podemos percorrer os caminhos de nossos antecessores e se estamos, a priori, imersos no “mundo dos brancos” é pela via da educação que devemos contra-atacar. Para nos educarmos e educarmos aos outros um novo ciclo de violência é aberto. Discorrer sobre fatos violentos vividos ou presenciados mexe em feridas abertas pois ainda hoje esperamos por uma justiça que nunca vem. [...] As epistemologias outras devem achar um meio de se fazerem presentes deste lado de cá. Talvez seja aqui no campo das validades onde a escrita ainda domina que estas questões comecem a ser pautadas. Quando um de nós, os tidos como minoria, consegue ventilar essas questões é muito mais legítimo que quando pesquisadores ‘brancos’ o fazem. Não é uma questão de desqualificar ou negar as agências do outro, é uma questão de prática decolonial (ESBELL, 2020).

Educar é um ato de violência absolutamente necessário para se contrapor à incorporada violência institucional e a mais eficaz, porque convencendo as pessoas a mudar suas práticas mudamos o mundo.

Foucault, em *Microfísica do poder*, me convenceu que o poder que está sobre nós é reforçado por nós mesmos pois o poder é este micro-controle de micro-relações de exclusão, de vigilância, de medicalização, de inadequação, etc., uma micro-mecânica conservada por nós mesmos. O centro de poder, que costumamos chamar de Estado, é o titereiro que puxa as cordas da burocracia que é obedecida sem questionamento. Tentar questionar práticas do Estado anacrônicas é certeza de punição. O “Estado” adquiriu a sacralidade da religião: representa um deus punitivo cuja força ultrapassou o “acordo social”, age segundo seus próprios interesses negando à comunidade justamente sua função protetiva e inclusiva. As leis são a sua bíblia; o executivo é o executor; o judiciário, a Santa Inquisição; e o legislativo, os evangelistas. É difícil não ver a semelhança ideológica do Estado com uma religião cuja divindade máxima é o capital.

Diante dessas condições, materiais e intelectuais, creio que está na hora de assumir uma desobediência epistêmica, conceito tratado extensamente por Mignolo, que propõe uma nova racionalidade com características – ainda indefinidas – decoloniais, ou seja, uma lógica que confronte a lógica colonial/patriarcal. Pensar e agir implementando uma metodologia dinâmica, o que significa provisória, ativa enquanto necessária, que se torne uma ética contundente porque “precisamos iconografar nossas lutas para que elas sejam visibilizadas” (ESBELL, 2020).

Esta “nova” racionalidade, para ser constituída, parte da hipótese de que “O fundamental aqui é que toda a conceitualização desocidentalizante e descolonizadora origina-se nas experiências e feridas coloniais do Terceiro Mundo” (MIGNOLO, 2013, s/p). Em outras palavras, aplicar uma racionalidade embasada na experiência “corporal” dos povos deslegitimados, o que sofreram, o que sentiram e o que achariam justo que acontecesse segundo a experiência deles, não segundo uma matriz cultural que classifica e impõe éticas segundo a sua própria autonarrativa.

A única maneira de alterar o mundo será por meio do comprometimento de todos com um modo de fazer as coisas que seja modificável conforme as necessidades variem com as condições; regras temporárias ditadas pelas condições e pelo diálogo entre os atores sociais. Atores que não sejam demarcados pela hierarquização institucional sempre excludente. É difícil de aplicar só porque estamos acostumados a não ter liberdade de escolha e sempre se espera uma autoridade para nos classificar e comandar. Mudem-se os hábitos e tudo passa a funcionar de outra forma, não haverá hecatombe alguma.

Por tudo isso proponho a implantação de atos decoloniais. Os atos decoloniais são ações sistêmicas cuja missão é alterar a racionalidade vivencial em busca de condições para consequências

desejáveis. É nas ações que se percebem as intenções, portanto aplicar as decisões dialógicas na práxis e avaliar constantemente seus resultados.

Minha ideia por enquanto, porque é provisória, sugere construir um modo de se relacionar no durante, enquanto as coisas acontecem, porque é na prática que surgem os problemas que não são detectados apenas com teorias abstratas. As conclusões assumidas em um horizonte dialógico têm que ser postas em prática tendo em vista suas provisórias e sem esperar que com isso surjam verdades definitivas universais. Nada está concluído, como diz Esbell. A vida é enquanto, não é enfim. Tudo muda o tempo todo, a princípio devagar, porque depende de processos que se emaranham que não terminam. Embora o primeiro passo seja a teorização, a realidade é redemoinho, é vórtex, não é fluxo. A realidade, o-que-estamos-vivendo, não caminha de forma linear, ao contrário está mais para uma confusão de eventos que se interrelacionam.

Os atos decoloniais devem criar condições críticas; eles enfraquecem o auto-ódio permitindo uma conversão anti-abissal. “O pensamento abissal moderno salienta-se pela sua capacidade de produzir e radicalizar distinções” (SANTOS, 2009, p. 24). Puramente dualista, o pensamento abissal é excludente e separa politicamente os corpos em humanos e não-humanos ou, em uma versão mais precisa, em europeus e não-europeus. A função primordial do pensamento abissal é instilar e instigar o ódio e o auto-ódio para que não haja consensos. “No campo do conhecimento, o pensamento abissal consiste na concessão à ciência moderna do monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso, em detrimento de dois conhecimentos alternativos: a filosofia e a teologia” (SANTOS, 2009, p. 25).

O auto-ódio, foi tratado por Fanon em *Pele negra, máscaras brancas*, de 1952, quando põe em relevo a almejada branquitude do negro para, assim, tornar-se alguém: “O negro quer ser branco” (FANON, 2020, p. 13). Ele acaba por odiar a si mesmo porque nasceu com um marcador social que o exclui só por ter uma quantidade de melanina diferente de um branco. Os atos decoloniais estariam a serviço deste re-pensar criticamente a sua própria condição social.

A ideia principal é permitir o diálogo sem oprimir o outro. Silenciar o outro é a principal violência que ocorre nesta circunstância em que vivemos. O silenciamento acontece por meio de diversas técnicas, simbólicas ou físicas: desautorizar, ofender, debochar, gritar, ameaçar e até matar, são eficientes técnicas de silenciamento. Para que seja possível o diálogo é necessário que todos os envolvidos estejam motivados a permitir que aconteça, então não é uma tarefa solitária; é uma tarefa social.

Vamos, então, à primeira transformação condicional do espaço epistemológico: minha sugestão, como primeiro ato decolonial, pretende ser a mais forte afronta ao modelo patriarcal europeu: a etnia branca masculina deve exercitar o auto-silenciamento diante de outra etnia ou gênero. De outro modo, o homem branco deve ficar quieto quando se sente ameaçado por ideias ou por ações. Aceitar a situação colocada pelo outro sem se sentir ferido, o outro sabe o que o feriu. Deve praticar o auto-silenciamento, técnica que historicamente impôs a todas as etnias que colonizou e, na própria casa, com as mulheres. Que veja esta ação como uma oportunidade de conhecimento, vislumbrando outras experiências, daquelas pessoas que ele jamais prestou atenção ou que sempre desconsiderou. A etnia branca e masculina deve aprender a considerar o que as outras etnias têm a dizer; deve aprender a ouvir o outro simplesmente porque “o outro” sabe o que sofreu na pele e também tem pistas para resolver seu sofrimento.

Hoje mais do que nunca na história do mundo moderno/colonial o processo [descolonial] se move e muda de lugar e direção para construir estruturas de conhecimento que surgem das experiências de humilhação e marginalização; experiências e humilhações geradas pela marcha e constante atualização da matriz colonial de poder [controle de uma etnia – a branca – sobre todas as instâncias sociais de outras etnias]. Esses problemas não se resolvem com políticas públicas e generosidade. A reviravolta decolonial é necessária e, a partir dela, horizontes de vidas pluriversais em vez de universais. Isto é, horizontes de vida baseados na pluriversidade como projeto universal. [...] Para contribuir para um mundo no qual muitos mundos sejam possíveis, serão necessários processos de descolonização do saber e do ser que surgem e estão surgindo da geo- e corpo-políticas do conhecimento (MIGNOLO, 2010, p. 112-113).

O “outro” tem o que dizer e não se podem impor restrições. Por isso, proponho o segundo ato decolonial, que reforça o confronto com o patriarcalismo, mas dirigido principalmente aos homens de qualquer etnia: a mulher tem preferência de fala e não pode ser interrompida – senão nega-se justamente a preferência. A interrupção da mulher é uma prática eurocêntrica de silenciamento sistêmico. É violência simbólica contra a mulher. Este segundo ato decolonial é um enfrentamento

ao epistemicídio provocado pelos atos patriarcais eurocêntricos e que dá origem ao machismo e à homofobia. Em tempo, para não fazermos confusão, um epistemicídio, como o nome já diz, é simbólico, porém aplicado torna-se uma prática homicida. Sua ação é reforço ao auto-ódio, ao auto-silenciamento, à auto-desvalorização, enfim, é uma prática cuja finalidade é subjugar a mulher. E precisamos lembrar que em uma família padrão o mais forte competidor à autoridade masculina é a mulher-mãe que confronta essa autoridade patriarcal na criação da prole.

O terceiro ato decolonial – esta sequência não tem uma ordem hierárquica, usa-se o que é mais necessário diante de um contexto específico – é a confrontação inclusiva. “O confronto nem sempre traz uma solução para o problema, mas, enquanto você não enfrenta o problema não há solução”. Esta frase foi atribuída ao escritor e pensador negro, homossexual, James Baldwin e faz muito sentido. Ela nos mostra o caminho para a solução de problemas. É muito comum as pessoas acharem que têm bom senso e que estão fazendo o melhor que podem. Mas nem sempre estão certas então é necessário que o outro recorra à técnica da confrontação inclusiva. Para posicionar no espaço epistemológico um outro ponto de vista quiçá mais apropriado para aquela situação ou não pensado.

Baldwin sofreu na pele o preconceito que as escalas hierárquicas de exclusão baseadas em marcadores sociais impuseram a ele. O sofrimento vivenciado por ele produziu um entendimento sobre a experiência discriminativa que lhe foi aplicada. Assim, Baldwin aponta para uma solução epistemológica, o confronto inclusivo, que tem relevância e valor porque, no fim das contas, foi uma experiência social pela qual passou, tal qual uma cobaia em laboratório. Uma experiência indesejada na verdade, baseada no monodiscurso-eurocêntrico.

O monodiscurso-eurocêntrico prega uma verdade como sendo única. A estratégia para que esse monodiscurso se imponha é a necessária negação do discurso de todos os atores sociais para aprisioná-los simbolicamente ao discurso competente eurocêntrico. O resultado é uma comunidade em que cada ator social deve se manter no seu lugar epistemológico específico. Não se discute com médico; não se discute com religioso; não se discute com mecânico; não se discute a relação entre marido e mulher. E essa ética-tática se universalizou tanto e ganhou uma dimensão tão monolítica que um cardiologista não pode discutir com um nefrologista a situação renal do paciente porque não é sua especialidade, esquecendo justamente do mais básico: que o paciente é um corpo só, os “pedaços”, rins, fígado, coração, estão todos empenhados na unidade do corpo, não agem separadamente, só analiticamente estão separados. O confronto é necessário nesse caso.

O confronto também é necessário para suprir as falhas imanentes da comunicação. A linguagem lida com signos universais gerais inespecíficos. Quando dizemos “cão” estamos só indicando imagetivamente uma criatura que tem quatro patas, rabo, focinho e corpo peludo. É vago e dá espaço a um sem número de imagens de cão. O confronto é a dimensão crítica que resolve esta falta de especificidade; o confronto é parte integrante da comunicação, a “linguagem” são duas fases principais: o que dizemos, o produto do aparelho fonador, a parte mecânica que movimenta o ar, os códigos físicos da fala, as palavras que a compõem e o que queremos dizer, seus significados e a criptografia da fala, uma dimensão mais profunda que implica no confronto dos códigos com o que realmente se está dizendo. As palavras são metáforas portanto precisam ser “descascadas” – ou descriptografadas – para que o seu significado real surja.

O quarto ato decolonial é um pouco mais nebuloso e complicado por causa do histórico da palavra: o amor. A primeira coisa que me veio à mente foi o amor romântico, que é o mais “vendido” pelo aspecto consumista dessa comunidade colonizada. Piegas e oblativo, o amor romântico mais se parece com uma prisão, recheado de juramentos e de obrigações. No entanto, intelectuais que eu muito estimo, bell hooks, Humberto Maturana e Paulo Freire chamam a atenção para este comportamento – o amor – retirando-o do registro egocêntrico. A forma social do “amor” é bem diferente da forma romântica.

Muitas vezes, quando Cornel West e eu falamos com grandes grupos de pessoas negras sobre o empobrecimento do espírito na vida negra, a falta de amor, a partilha de que podemos coletivamente recuperar-nos no amor, a resposta é esmagadora. As pessoas querem saber como começar a prática de amar. Para mim, é onde a educação para a consciência crítica deve entrar. [...] A consciência é central para o processo de amor como a prática da liberdade. Sempre que aquelas/es de nós que são membros de grupos oprimidos se atrevem a interrogar criticamente nossas posições, as identidades e lealdades que informam como vivemos nossas vidas, iniciamos o processo de descolonização. Se descobrimos em nós mesmas/os auto-ódio, baixa autoestima ou um pensamento branco supremacista interiorizado e os enfrentamos, podemos começar a curar. Reconhecer a verdade de nossa realidade, tanto individual como coletiva, é uma etapa necessária para o crescimento pessoal e político (HOOKS, 2006, p. 6-7).

O “amor” a que hooks se refere não é o amor romântico, mas uma ética de amar como práxis social; “amor como a prática da liberdade” (HOOKS, 2006, p. 7). A definição operacional de “amor” para ela é “a vontade de estender-se para o propósito de nutrir o crescimento espiritual de si mesmo ou de outrem” (HOOKS, 2006, p. 5). O termo “espiritual” aplicado na definição não é sinônimo de “alma”, mas de “espírito de corpo”, “conjunto de sentimentos e opiniões que os indivíduos que integram um grupo, segmento ou categoria social ou profissional têm mais ou menos em comum” – definição do HOUAISS.

Maturana também defende a ética do amor: “A emoção que estrutura a coexistência social é o amor, ou seja, o domínio das ações que constituem o outro como um legítimo outro em coexistência” (2021, p. 45). A ação comportamental é dirigida pelas emoções.

Assim, ao falar de amor, medo, vergonha, inveja, nojo... conotamos domínios de ações diferentes, e advogamos que cada um deles - animal ou pessoa - só pode fazer certas coisas e não outras. Com efeito, sustento que a emoção define a ação. Falando num sentido biológico estrito, o que conotamos ao falar de emoções são distintas disposições corporais dinâmicas que especificam, a cada instante, que espécie de ação é um determinado movimento ou uma certa conduta. Nessa ordem de idéias, mantenho que é a emoção sob a qual ocorre ou se recebe um comportamento ou um gesto que faz deles uma ação ou outra; um convite ou uma ameaça, por exemplo (MATURANA, 2021, p. 32).

Seguindo, então, a mesma linha de raciocínio de Maturana, emoções são culturalmente definidas pelas ações que cada qual representa, portanto estão todas no domínio geral da linguagem. A palavra “amor” é uma escolha lexical para as ações relacionadas com afeição, cuidado, generosidade, compromisso, cooperação, solidariedade, responsabilidade, enfim, todas as ações inclusivas de relacionamento.

Paulo Freire também defende o amor como uma prática social para a libertação da opressão. O amor, para Freire,

é um ato de coragem, nunca de medo, o amor é compromisso com os homens. Onde quer que estejam estes, oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com sua causa. A causa de sua libertação. Mas, este compromisso, porque é amoroso, é dialógico.

Como ato de valentia, não pode ser piegas; como ato de liberdade, não pode ser pretexto para a manipulação, senão gerador de outros atos de liberdade. A não ser assim, não é amor.

Somente com a supressão da situação opressora é possível restaurar o amor que nela estava proibido.

Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não é possível o diálogo. [...] O diálogo, como encontro dos homens para a tarefa comum de saber agir (2015, p. 111).

Para Paulo Freire, somente havendo um vínculo amoroso entre as pessoas e o mundo é que se torna possível uma sociedade cooperativa e solidária. Amoroso é sinônimo de um sentimento que agrega e que permite a convivência autêntica. Uma relação impregnada de amorosidade não nega o direito do outro. Assim, uma sociedade amorosa, uma política amorosa, uma educação amorosa são aquelas que promovem os sujeitos, que não negam direitos, que não negam opções. Uma educação que não oferece opções, deixa de ser amorosa para ser opressora. Uma sociedade que mata em nome de liberdade, não é uma sociedade amorosa. Um governo que não protege os mais vulneráveis, não é um governo amoroso. Toda relação amorosa exige diálogo que não esmaga o oponente, antes, ouve, argumenta e, portanto, não silencia (MARCONDES, 2021, s/p).

Sem diálogo não há ações coordenadas responsáveis, cooperativas, que visem a interesses comuns. Sem diálogo não pode haver democracia. E o diálogo aí está para preencher esse vácuo solipsista que não consegue nada. Toda a tecnologia existe para dar suporte a ações que seriam impossíveis

para um humano apenas. Um humano com um trator move pedras mais pesadas que ele, mas o trator é um engenho desenvolvido coletivamente, então, este humano empoderado pelo trator, não está sozinho, embora nesta atividade pareça estar. Logo, o amor é esse conjunto de ações que fortalecem tanto um só humano quanto uma coletividade.

Recapitulando: o ato decolonial é uma proposta de ação, portanto teórica. Quando aplicado, torna-se uma prática decolonial. Sua ação está no campo das condições. Somente mudando as condições das relações microssistêmicas teremos oportunidade de modificar o sistema social mundial.

Uma grande vantagem dos atos decoloniais é que submergem pelas rupturas ideológicas da matriz de poder colonial sem fazer alarde pois se parecem com “boa-educação”. A invisibilidade dos atos decoloniais porém depende de serem criados de acordo com as circunstâncias locais, assim não são notados. E preferencialmente propagados pelo sistema educacional, primeiro vetor para a implantação dessas ideias, pois elas jamais surgirão espontaneamente. O objetivo é que esta tarefa envolva todos sem distinções sociais.

Reparem que o que proponho não é um sistema incondicional monolítico que não admite rupturas. É o contrário. É assumir experiências contextuais provisórias para ver como as coisas ficam e então decidir em conjunto quais alterações funcionaram e quais não e aí recriá-los de acordo com as preferências locais e circunstanciais.

A hora de agir é agora e no pequeno, no indivíduo-atômico, na comunidade-molecular, porque as mudanças sistêmicas são demoradas, mas muito estáveis, como aconteceu com o patriarcado que começou por volta de seis mil anos atrás, segundo Maturana (2021, p.49), e que faz pequenas correções sociais para se manter hegemônico.

Referências:

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

ESBELL, Jaider. Autodecolonização – Uma pesquisa pessoal no além coletivo. < <http://www.jaideresbell.com.br/site/2020/08/09/auto-decolonizacao-uma-pesquisa-pessoal-no-alem-coletivo/> >. Texto publicado em 2020. Acesso: 15/12/2021, 15h40.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução: Sebastião Nascimento e colaboração de Raquel Camargo. UBU Editora, 2020.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HOOKS, bell. *Love as the practice of freedom*. In: *Outlaw Culture. Resisting Representations*. Nova Iorque: Routledge, 2006, p. 243-250. Tradução para uso didático por wanderson flor do nascimento.

MATURANA, Humberto R. *Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano*. Tradução: Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Palas Athena, 6a edição, 2021.

MARCONDES, Ofélia Maria. *Paulo Freire: por uma educação amorosa!* Artigo submetido à publicação pela AFyL Brasil, 2021.

MIGNOLO, Walter. *Desobediencia Epistémica: retórica de la modernidade, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Colección Razón Política. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

MIGNOLO, Walter. *Decolonialidade como o caminho para a cooperação*. IHU On-Line – Revista do Instituto Humanitas Unisinos, Edição 431, 04/11/2013. Acesso 15/12/2021, 18h00. <<https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5253-walter-mignolo>>.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. In: *Epistemologias do Sul*. / org. Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses. Coimbra: GC - Gráfica de Coimbra, 2009.

Autor:

Sandro Adrián Baraldi

Doutor em Filosofia da Educação pela Universidade de São Paulo, é editor da Revista Cactácea e pesquisador do Grupo de Pesquisa Mandacaru: educação e filosofia

<<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4273081596423963>> e do GRUPEFE.

ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-5055-2071>>.

Plataforma Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6246489151782898>>.